



CONTRIBUIÇÕES DE LIBANIO PARA A REFUNDAÇÃO DAS CEBs

Contributions by Libanio to the Refoundation of the CEBs

Pedro A. Ribeiro de Oliveira *

RESUMO: Este artigo mostra a leitura teológica que Pe. Libanio fez de três Encontros Intereclesiais das CEBs. Em sua análise aparece um novo rosto de Igreja formada por comunidades integradas por cristãos e cristãs que unem fé e vida no cotidiano de sua existência. A visão do teólogo é otimista e realista ao mesmo tempo. As CEBs constituem uma fecunda experiência eclesial que se embasa na fé em Deus e no seu Cristo e se articula com as várias dimensões da vida do povo. Mas tal experiência é frágil, pois enfrenta muitos obstáculos e não tem a garantia institucional da “grande Igreja”. A leitura do teólogo recolhe relatos vivos da história da vida e das lutas de comunidades tanto urbanas quanto rurais. O texto, portanto, constitui um testemunho da contribuição de Libanio para a vida da Igreja no Brasil, especialmente para a “refundação” das CEBs no tempo atual. Sua lúcida posição diante desse “tempo novo” se afirma na tese: que “ser-Igreja supõe ser-Povo”. Isso significa que os “queridos de Deus” se tornam sujeitos na vida eclesial e têm muito a dizer aos que vivem em outro lugar, mesmo sendo parte do corpo eclesial, e na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Povo, CEBs, Igreja, Luta, Encontro.

ABSTRACT: This article shows the theological reading that Fr. Libanio made of three Inter-ecclesial Meetings of the CEBs. In his analysis there appears a new face of the Church formed by integrated communities of male and female Christians who join faith and life in the everyday living experience. The vision of the theologian is optimistic and realistic at the same time. The CEBs constitute a fruitful eclesial experience that is based on faith in God and his Christ that is articulated

* Pedro. A. Ribeiro de Oliveira foi professor nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UFJF e da PUC-Minas. Artigo submetido a avaliação em 30.10.2014 e aprovado para publicação em 12.11.2014.

with the various dimensions of people's lives. But such an experience is fragile, because it faces many obstacles and lacks the institutional guarantee of the "great Church". The reading of the theologian collects live reports of the history of the life and the struggles of both urban and rural communities. The text constitutes, therefore a testimony of the contribution of Libanio for the life of the Church in Brazil, especially for the "refoundation" of the CEBs in the current time. His lucid position in view of this "new time" is affirmed in the thesis: that "being-Church supposes being-People". This means that the "beloved of God" become subjects in the ecclesial life and they have a lot to say to those who live elsewhere, even though being part of the ecclesial body, and in the society.

KEYWORDS: People, CEBs (Base Ecclesial Communities), Church, Struggle, Meeting.

Introdução

Ninguém sabe ao certo quantas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs – existem hoje no Brasil. Certamente são mais de 50 mil, o que não é pouca coisa. Frutos do Concílio Ecumênico de 1962-65, elas constituem a base de uma estrutura eclesial alternativa à estrutura paroquial instituída no século XVI pelo Concílio de Trento. Seu surgimento entre meados da década de 1960 e início dos anos 1970 surpreendeu muita gente que não acreditava ser possível tamanha vitalidade religiosa, social e política originar-se de dentro da Igreja católica. Passados quase 50 anos, porém, constata-se a perda de vitalidade e até mesmo a perda de identidade das CEBs, tratadas em documentos oficiais como se fossem meras "pequenas comunidades" da Igreja católica. Neste momento em que dois projetos eclesiais disputam a hegemonia – a Igreja "em saída" e a "restauração identitária" – ganha força a proposta de *refundação* das CEBs¹. Não se trata, é claro, que recomeçar do zero, mas de retomar os seus fundamentos para aplicá-los ao novo momento histórico. Nesse contexto, é muito oportuno fazer a memória do que foi escrito para os quatro primeiros Encontros intereclesiais de CEBs, em especial os 2º, 3º e 4º Encontros, que fundamentaram sua estrutura e as linhas de ação.

Juntamente com Leonardo Boff, que percebeu nas CEBs a nova *eclesiogênese* (BOFF, 1976), Fr. Carlos Mesters, que abriu as portas da hermenêutica bíblica (MESTERS, 1976), e Frei Betto, que pela educação popular apontou o caminho da política (BETTO, 1978), Pe. João Batista Libânio, s.j. compôs o núcleo de assessores que ajudaram as CEBs a tomarem consciência de

¹ Para a análise sociológica dessa luta interna pela hegemonia, cf. OLIVEIRA (2014). A ideia de *refundação* inspira-se na política, quando se fala de "refundar" o partido parece que sofreu algum trauma grave, para que ele retome com novo vigor a fidelidade a seus princípios do tempo em que foi fundado.

sua realidade. Neste artigo destaco a contribuição de Libânio que, tendo-se dedicado à formação de agentes de pastoral, tornou-se o grande mestre na arte de articular teologicamente o eclesial e o eclesiástico. No momento atual em que se tenta dar sobrevida à paróquia idealizada como “comunidade de comunidades”, aquela produção intelectual que fundamentou a caminhada das CEBs ganha enorme atualidade diante da necessidade de *refundação* das CEBs e como alavanca para sua caminhada no século 21.

Neste artigo retomaremos os textos que Libanio produziu a partir dos Encontros Intereclesiais de 1976, 78 e 81 (pelo que sei, ele não publicou coisa alguma sobre o Encontro de 1975). Justifica-se esta seleção pelo fato de terem sido estes os momentos fundantes das CEBs no Brasil. Com efeito, o 1º Encontro, de 1975, foi “simples reunião de alguns bispos com assessores” (1981, 141) sem efetiva participação das bases e cujo maior mérito foi ter suscitado e organizado os Encontros seguintes. Já os Encontros realizados a partir de 1984 (5º Encontro, em Canindé — CE) ganharam dimensão celebrativa, mas perderam o teor de reflexão teológica e pastoral que marcou os anteriores.

Examinaremos aqui os textos de Libanio em ordem cronológica para depois traçar o quadro conclusivo. Para facilidade de exposição, suas citações terão apenas a referência de ano e página, posto que só constam aqui os textos publicados por SEDOC (Serviço de Documentação, Editora Vozes). Sendo ela uma revista de pequena circulação, receio que esses preciosos textos sejam pouco conhecidos. Por esse motivo, mais do que análise daqueles textos, este artigo é principalmente um resumo das contribuições mais pertinentes de Libanio para os dias de hoje.²

1 Uma comunidade que se redefine – o 2º Encontro Intereclesial de CEBs – 1976

O 2º Encontro Intereclesial realizou-se de 29 de julho a 1 de agosto de 1976 em Vitória – ES e seguiu um método de trabalho original. Todas as comunidades que se dispusessem a participar deviam enviar com antecedência um relato detalhado sobre suas atividades. A partir do estudo desses relatórios, peritos de diferentes áreas de conhecimento deviam produzir um texto de subsídio para as reflexões a serem desenvolvidas durante o Encontro. O texto de Libanio, como todos os demais, é portanto anterior à realização do encontro.

² As normas de redação acadêmica obrigam a diminuir o espaço e o tamanho da letra nas citações maiores do que 4 linhas, prejudicando sua leitura. Recomendo então ao leitor ou leitora que use uma ferramenta de aumento para melhor aproveitar seu conteúdo, que é de grande valor.

Tendo como fonte os relatos de 15 comunidades³, Libanio se vê obrigado a analisá-los como na perspectiva sociológica que observa os dados com objetividade. Faz isso com maestria, apoiando-se na sociologia de Peter L. Berger, mas revela sua contrariedade logo na abertura do texto:

Uma vida não se colhe no papel, mas diretamente da fonte geradora. Assim uma reflexão sobre a CEB deveria levar-nos a viver dentro dela e aí, com o respeito que merecem as flores novas, deixar-se colher pela sua vitalidade. Entretanto o meu trabalho não pôde ser assim. A vida veio-me filtrada através da escrita. E tentarei, na fraqueza deste meio, descobrir como o dinamismo vital da CEB se desenvolve. O próprio método de ser análise de alguns relatórios indica-nos a limitação e pobreza de nosso trabalho (1976: 295).

O fio condutor do estudo é a mudança fundamental que ocorre quando as comunidades tomam consciência de si mesmas enquanto novas realidades psicossociais, eclesiais e políticas.

1. 1 Novas realidades nas comunidades

Didaticamente, como era seu estilo, Libanio inicia o estudo apresentando a descrição sucinta da realidade e ilustrando-a com exemplos tirados dos relatórios. Essa descrição apoiada nas ciências humanas ajuda-nos a entender aquela realidade e assim passar para as considerações de ordem teológica. Quase sem perceber, somos levados a teologizar juntamente com o autor.

1. 1. 1 A dimensão psicossocial

Libanio resume seu estudo da transformação psicossocial das comunidades antes e depois de sua redefinição enquanto CEBs enfatizando o estado anterior do povo das comunidades:

O «antes» da criação das CEBs, conforme os relatórios, era, portanto, caracterizado por uma passividade, desconfiança de si, falta de consciência do próprio valor e possibilidades, submissão e acatamento dos valores e normas ditados de fora, da autoridade política e religiosa. É a grande devastação que a opressão causa: afeta até o mais profundo da consciência das pessoas (1976, p. 297).

Essa realidade desperta o teólogo para a “Promessa: a Aliança de Deus com um povo. E como viver esta promessa da Aliança, se nem sequer somos povo, se nem sequer podemos constituir-nos em parceiro de Deus?” Essa parceria supõe a liberdade humana. Portanto, “condições que lhe vedam essa situação de liberdade são anuladoras da força salvífica de Deus”.

³ A apresentação do documento final refere-se a 17 comunidades, mas só constam da lista os relatórios vindos de: Itabira (MG), Bauru (SP), S. Mateus (ES), Jales (SP), Mogéiro (PB), Acre, Goiás, S. Félix (MT); Barreirinhas (MA), Tacaimbó (PE); Linhares (ES), Tauá (CE), Volta Redonda (RJ), Itacibá (ES) e S. Mateus (MA).

Recorrendo à fórmula tomista de a “graça supõe a natureza”, conclui Libanio: “a ‘natureza’ necessária para a ‘graça’ da comunidade eclesial é um mínimo de consciência de autovalor, de liberdade, de participação, de ‘sentir-se gente entre gente’ (1976, p. 299).

Por isso, o “agora” significa “perder o medo de falar, de emitir juízos sobre os acontecimentos e fatos e concitar outros para uma ação comum”. Trata-se aí da “passagem do saber recebido até então de fora, de modo impositivo e até mesmo opressor, para um saber descoberto, verbalizado.” É um fato tão impactante que o autor vê nele um “milagre”: gente fraca, secularmente oprimida e desprezada, que nunca teve vez nem voz, de repente assume as rédeas do próprio destino, cheia de uma força que só pode vir de Deus. Tudo isso lembra as primeiras comunidades cristãs retratadas no livro dos Atos: “lá, como certamente também aqui, acontece uma idealização” (1976, p. 300). Conclui então o teólogo:

Numa palavra, o povo faz uma experiência de liberdade e criatividade: experiência profundamente teologal, que se encontra no cerne da Boa-Nova. Onde há o Espírito, aí está a liberdade (2Cor, 7). Onde está Deus, aí está a novidade, a criatividade, a força que nenhum poder diabólico consegue dominar. Em todo esse nascer da consciência do povo nas CEBs surge lampejo de esperança. Se esperar é crer no amor, podemos crer nesse amor de Deus que se revela na fraqueza, na pequenez destes grupos eclesiais, que se despertam para assumirem juntos a própria tarefa, missão dentro da grande Igreja e no mundo. (1976, p. 300)

É sobre essa base humana constituída por pessoas que agora se sentem e se sabem gente, sujeita de direitos, que se constitui a Igreja. Esta é a tese principal de Libanio nos textos escritos para os primeiros Encontros intereclesiais.

1. 1. 2 A dimensão eclesial

Ao fazer a reflexão acima, Libanio abre o caminho para a primeira formulação de sua tese: “É a consciência de serem chamados, ‘ekkletói’. Experiência fundante de Igreja. Esta experiência de *ser Igreja* está profundamente unida à de *ser povo*.” (1976, p. 301). Logo depois desenvolve o tema ao qualificar o tipo de Igreja que se quer: “a CEB quer ser uma Igreja em que todo mundo se sinta bem, em que todos sejam aceitos, sem discriminação social, racial, cultural. Igreja onde o pobre tem o direito do rico, e o rico para ser da Igreja tem que ficar no mesmo nível do pobre”. E continua: “a consciência psicossocial de solidariedade nos problemas e na sua solução não se distingue na prática da consciência de ser-Igreja”. Aquilo que antes era separado – a prática religiosa na capela e o socorro a pessoas em necessidade – agora se unem como duas dimensões da mesma Igreja. Nesse momento a dimensão explicitamente teológica “cede lugar para o aspecto experiencial de ser grupo a serviço das necessidades imediatas que

afligem os irmãos da comunidade” (1976, p. 302). De fato, Libanio não faz mais do que fundamentar teoricamente uma afirmação recorrente nas CEBs: “A Igreja eram quatro paredes de pedra, hoje é o povo, as pessoas”.

É claro que essa nova experiência de ser-Igreja a partir da experiência de ser-comunidade servidora dos pobres não se dá sem causar tensões com a experiência anterior de separação entre Igreja e povo. Libanio elenca e ilustra, com exemplos tirados dos relatórios, as principais tensões que na linguagem popular são chamadas de “problemas”. O primeiro é o *problema do padre*, que ocupava o lugar central na comunidade, dava as normas e tomava as iniciativas, e agora não é mais insubstituível. Como afirma um relatório, “Antigamente, a Igreja era os padres; hoje é a gente” (1976, p. 303). O segundo campo de tensões está no *problema das celebrações e da catequese*, porque o povo sente necessidade de inventar expressões mais adequadas à experiência vivida e “distingue o culto onde ele é cliente, e as expressões rituais do seu culto próprio, onde é autor” (1976, p. 303). Isso se reflete até mesmo na reinterpretação da *Eucaristia* porque, nos relatórios se diz que participar da Eucaristia “é receber força de Deus para melhorar na participação, é obrigação de ser uma Igreja com o povo, crescer na amizade com Deus e com todos; é participação do banquete de Jesus que faz o povo feliz; é hora de reflexão para ter mais esperança” (1976, p. 304). Assim, a *liturgia* é alterada: não para formas mais sofisticadas, sob a influência de “liturgos renovados”, mas para formas mais populares, especialmente para os festejos de santos. “Agora a festa é de nós pobres, tudo unido, não tem esse negócio de fila, é tudo junto. Agora estamos achando que estamos em outra vida, estamos libertos quanto a isto, somos todos os donos da festa (1976, p. 304).

Assim, conclui Libanio:

A concepção de Deus, de Religião sofre nova compreensão. De um Deus vingativo que estava nas nuvens, percebe-se agora como presente em cada um, inspirando e modificando a vida da gente; de ser distante se faz um Deus que anda conosco e Jesus é nosso irmão. Parece que estamos sentindo o povo repetir a experiência de Israel nos seus primórdios: Javé que passeava no meio do povo, que ia à frente do povo nas batalhas (2Cor 13,12). Assim uma religião, antes voltada para o espiritual, é hoje voltada para o material; o grupo percebe que sua fé mudou de qualidade, ao tomar mais consciência de sua responsabilidade social. As CEBs, assumindo responsabilmente todo um passado religioso de fé em Deus e no seu Cristo, organizam-se em função do bem-estar concreto pessoal e comunitário. O religioso perde sua face negativa da alienação, e é assumido num processo libertador, sem deixar de ser religioso. A Revelação de Deus em Cristo aparece sempre como salvação para todas as pessoas dentro de um processo histórico válido de libertação. Os sacramentos e demais atos religiosos só são tidos como agradáveis a Deus na medida em que celebram um maior engajamento comunitário e ajudam seus membros a inserir-se mais profundamente no processo histórico. Portanto, toda a mística e organização das CEBs pretendem comprometer seus membros com maior paixão e acerto nesse

processo libertador. Elas encontram sua motivação e finalidade na fidelidade a Deus, manifestada no serviço a prestar ao bem-estar da comunidade. Nunca é a comunidade local para as CEBs, mas estas em função daquela (1976, p. 304).

1. 1. 3 A dimensão política

Ao analisar o que dizem os relatórios sobre mudança de consciência em nível político, Libanio é obrigado a partir da constatação de que este é “o nível mais fraco nas CEBs. Descubrem-se como grupo, como gente, como Igreja, mas ainda ficam pouco conscientes do significado político de tal descoberta” (1976, p. 305). Encontra, é claro, alguns exemplos de mudanças de consciência e de atitude diante do poder, mas são exemplos esparsos e pouco convincentes. Apesar disso, conclui essa parte do estudo com uma metáfora carregada de esperança:

Abrir clareira em matagal inóspito costuma ser duro e o terreno só se torna transitável depois de muito tempo, quando muitos passarem por aí. As veredas estão sendo abertas. É de esperar que a força da floresta não as feche antes de que outras sejam abertas, de modo que dentro em pouco haja um verdadeiro caminho transitável (1976, p. 306).

1. 2 A pedagogia da mudança

Embora utilize instrumentos sociológicos de análise, Libanio não tem a pretensão de oferecer a explicação cabal do processo de mudança em curso nas CEBs, mesmo porque ela teria que partir do “fator mais importante da ação do Espírito Santo”. Contenta-se, então, em detectar a insatisfação das comunidades em sua situação anterior e “a incidência de fatores que provoquem a redefinição” (1976, p. 307). Vejamos rapidamente o tratamento dado à situação de insatisfação, para concentrar a atenção sobre a pedagogia.

É óbvio que alguma insatisfação está na origem de qualquer processo de mudança social. “Um grupo humano, vivendo uma situação de dominação, de carência humana profunda, de espoliação de seus grandes valores humanos e culturais, nunca poderá estar plenamente satisfeito”. Os relatórios referem-se a sofrimentos, humilhações e desprezo sentidos pelos pobres, que se viam impotentes para se libertarem de tais situações. Apesar disso, as forças profundas do coração e a percepção da inteligência humana clamam por uma reação contra aquela situação. Elas confluem para a *pedagogia libertadora* inspirada no método da Ação católica: ver, julgar e agir (1976, p. 307). Neste texto o mestre Libanio traça suas primeiras contribuições para a pedagogia das CEBs, que será depois desenvolvida.

O ponto de partida mais frequente é a *leitura da Bíblia*:

Lê-se a Sagrada Escritura, no culto ou fora dele. Dela tiram princípios, pensamentos, ideias, inspiração. Debatem juntos sobre essas lições tiradas da Bíblia, em confronto com o drama de sua vida humana cotidiana e assim se opera

a primeira revolução pentecostal, fundamental: cada qual **passa de um saber recebido a um saber descoberto** (1976, p. 307)⁴.

Evidentemente, nem sempre a leitura da Bíblia tem essa propriedade pedagógica. Há grupos onde se faz “uma reflexão espiritualista, longe de ter repercussão na realidade”, pois essa pedagogia que parte das realidades do povo em confronto com os relatos bíblicos requer “tempo para se fazer um método de trabalho (...) e nem sempre este método chega até ao fim com seus efeitos” (1976, p. 308).

Outro ponto de partida para a conversão e redefinição da autoconsciência comunitária é a reflexão surgindo da ação da comunidade. Ao analisar seus sucessos e fracassos, o grupo descobre a necessidade de organizar-se melhor ou de levar a luta para campo mais favorável. Ao fazê-lo, passa a

controlar o processo da ação. Torna-se mais sujeito da própria história e cada vez menos manipulado. A Bíblia vem iluminar a ação, dar-lhe sentido. Mostra que Deus não é o culpado das situações de injustiça, mas os homens. A própria ação vai unindo os membros da CEB, aumentando o nível de solidariedade, de participação, de responsabilidade comunitária, de engajamento, de compromisso com o meio (1976, p. 309).

Libanio deixa claro que, para serem eficazes, essas pedagogias – a que parte da reflexão bíblica incidindo sobre a vida e a da ação que requer reflexão – requerem a contribuição de agentes externos à comunidade. Essas pessoas merecem especial atenção nesta análise da *pedagogia libertadora*. São sacerdotes, religiosos, religiosas e agentes de pastoral leigos que “têm ajudado as comunidades a fazerem o processo de redefinição psicossocial, eclesial e eventualmente política”. As CEBs “nascem da atividade pastoral da Igreja e não em oposição ou contestação a ela”. Esses agentes de pastoral têm a função de conscientização da comunidade e quando a exercem acertadamente a transferem a membros da própria comunidade. “Fica sempre o risco de que esses ocupem o lugar do padre, não superando a estrutura clerical. Mas, em geral, é-se consciente de tal processo, e os vigários vão aos poucos deixando que o povo vá assumindo sua tarefa e eles partem para novas experiências”. Há “uma condição indispensável para que estes agentes possam suscitar CEBs: sua proximidade do povo. É importante conviver com o povo, visitar famílias, participar de sua vida, trabalho, aprendendo com eles a ser também povo, visitar famílias, participar de sua vida, trabalho, aprendendo com eles a ser também acolhedor na própria casa” (1976, p. 310).

1. 3 Ameaças às comunidades

A CEB tem “estrutura leve”, mas a necessidade de suporte institucional pode vir a sufocá-la. Nessa tensão entre sua “simplicidade estrutural” e

⁴ Negritos do autor deste artigo.

a sua inserção na institucionalidade eclesial reside a principal ameaça às CEBs: “Como o seu ‘ser’ é muito simples, de modo mais fácil tanto pode nascer como morrer. Não carrega o peso de instituições que, mesmo mortas, se arrastam ainda por anos na inércia de seu aparato” (1976, p.312). Por isso, a hipótese é que

o futuro das CEBs dependerá muito da sua plausibilidade diante da grande Igreja. Serão os cristãos das diferentes Igrejas locais, a posição da hierarquia, a reflexão da teologia, a abertura dos canais administrativos da Igreja que, com sua compreensão, apoio, criatividade e participação, apostarão nesta experiência nascente. Se todo este apoio faltar e as CEBs forem entregues à sua pequenez, fica difícil que elas resistam durante muito tempo. Esta é a enorme responsabilidade da grande Igreja diante da fragilidade da raizinha que começa a medrar em terrenos de nossa Igreja (1976, p. 313).

Sem o apoio da grande Igreja poucas CEBs rurais conseguem resistir a impactos sociais e econômicos como o êxodo rural e os baixos salários de companhias agroindustriais. Como diz um relatório, “este é o deserto eclesial, onde outrora floresceram as CEBs”. Vê-se aí “o problema fundamental do conflito social de interesses. As CEBs representam a união e a vida dos pequenos, cujos interesses, na perspectiva capitalista, devem estar subordinados aos dos grandes. E quando não o querem, arriscam ser esmagados” (1976, p. 314).

Face a essa realidade ameaçadora, Libanio procura meios para defender esse broto tão promissor da antiga e grande Igreja católica. Sua premissa é que a “CEB é uma redefinição da consciência eclesial”. Trata-se então de reforçar a plausibilidade dessa nova concepção, e esta é a missão da teologia: demonstrar sua validade para que conquiste o consenso que lhe garanta o suporte social. “O consenso social se torna fundamental para que a experiência continue bem sucedida” (1976, p. 315). Assim, o autor retira da leitura crítica dos relatórios a estratégia de criação do consenso eclesial que assegure a existência das CEBs.

1. 4 Estratégia de defesa das comunidades

Para a formação do consenso o conhecimento do senso comum é mais importante que sofisticadas elaborações teóricas. Por isso “a melhor e mais relevante legitimação da CEB deve vir da consciência do simples fiel que vive na CEB e do cristão que se defronta com esta realidade nascente na Igreja”. Na expressão “a gente começa a sentir-se gente” Libanio vê a base de legitimação psicossocial da CEB como “*lugar de personalização*” (1976, p. 316). Desenvolvendo esta ideia, diz ele:

Num mundo de opressão e de discriminação racial e cultural, seja nas regiões rurais como nas periferias urbanas, encontrar um lugar, onde se pode sentir-se gente, onde se pode falar, onde se percebe respeitado, onde a própria voz tem importância de deliberação e ação, justifica-se altamente. O desumano

da sociedade, que nos circunda, sobretudo para aqueles que sempre “levam ferro”, legitima a existência de grupos, onde o relacionamento primário exerce forte atrativo.

Além disso, essas comunidades se abrem a outras, num intercâmbio de experiências, tornando-se um *lugar mais amplo de enriquecimento*. As diferentes caminhadas, os sucessos e fracassos, as lutas e sofrimentos, as vitórias e derrotas, são estímulo para a caminhada e fonte contínua de crescimento (1976, p. 316).

Na medida em que autoridades eclesiais valorizam a criatividade artística popular onde encenações, composições musicais e poesias trazem sua maneira de expressar as “sementes do Verbo”, as comunidades se sentem legitimadas. “Esta legitimação fáctica e já formulada de modo simples pelo fiel é a mais decisiva” (1976, p. 317). Isso não significa, contudo, que a legitimação propriamente teológica seja dispensável. Ela é fundamental para dar à CEB a proteção que só a grande Igreja pode oferecer. Libanio traça então, em grandes linhas, o que é essa teologia:

A *teologia* subjacente a esta nova visão de Igreja, que a legitima, é de que a Igreja somos nós. Frase que lemos em diversos relatórios. A Igreja é descrita (como uma comunidade), não através de um estudo teológico e livresco, mas através da própria experiência. Daí que esta verdade se impõe com força enorme. Mais. Igreja é uma realidade que nasce do povo e não é uma estrutura que desde fora é imposta ao povo. Esta consciência aparece, quando certas CEBs falam da “Igreja que a gente quer”.

Pouco a pouco, está surgindo uma eclesiologia nova, de um lado expressão da vivência das CEBs, de outro sua justificação teológica. Na medida em que esta teologia sobre a Igreja for ganhando cidadania no mundo teológico mais amplo e na consciência dos fiéis e pastores, nesta mesma medida as CEBs vão recebendo maior consistência.

Comunidade, que nasce do povo e a que a gente quer ser, numa linha de compromisso histórico na região, parece ser o cerne desta nova eclesiologia (1976, p. 317).

Aí está uma concepção de Igreja viva, participada, engajada, popular e de todos. Aí reside sua força mas também sua fraqueza. “Força, enquanto suas raízes se estendem até onde está o povo e é difícil arrancar uma árvore de raízes bem espalhadas pelo solo”. Fraqueza porque lhe falta o elemento “estrutural, de estabilidade” que só a grande instituição pode oferecer. Por isso, as CEBs requerem a presença do “elemento ministerial e sacerdotal”, porque “não basta que nós nos digamos que somos Igreja. É importante que se nos diga o mesmo” (1976, p. 318). O bispo, é claro, é o grande legitimador da catolicidade das CEBs e seu reconhecimento é recebido com enorme gratidão. Na sua ausência, a visita do padre e de agentes de pastoral suprem essa necessidade das bases de sentirem-se em comunhão com a grande Igreja. Muito importantes são os encontros com outras comunidades e, de modo especial, as assembleias diocesanas em que representantes de todas as comunidades se reúnem com os e as agentes de pastoral, o clero e o bispo.

Essa experiência de Igreja tem por base a fé na Palavra de Deus:

A certeza da presença de Deus, a promessa de sua Aliança e fidelidade, lida e experimentada na meditação da Escritura, sobretudo em grupo, garantem aos membros da CEB ânimo para prosseguir. Os embates adversos encontram na Palavra de Deus uma barreira protetora. Aliás, é uma experiência que aparece frequentemente nos salmos. De um lado a fraqueza humana, do outro a força do inimigo, o salmista colocado no meio, volta-se para Deus na certeza de sua proteção (1976, p. 320).

Libanio chega então à conclusão de seu estudo explicitando os problemas que percebe “de modo velado” nos relatórios (1976, p. 323). Para não nos alongarmos demais, focaremos aqui apenas três.

1.5 Problemas a serem trabalhados

No contexto sócio-político de opressão e dominação que marca a existência das CEBs, é necessária “uma reflexão mais alentada sobre a relação entre o cerne do Evangelho e a problemática da liberdade, da possibilidade de ser povo a fim de ser capaz de responder em livre responsabilidade ao chamado de Deus a uma aliança”. Libanio retoma a tese de “a experiência de ser-Igreja encontra um pressuposto humano na possibilidade de ser-povo” e pergunta até onde essa libertação política se identifica com a libertação “de que fala o Novo Testamento como fruto messiânico e da presença do Espírito” (1976, p. 324).

Outro problema são os novos ministérios. “Nova consciência de comunidade significa que a extensão de sua vida através dos ministérios deve também ser nova”. Sabe-se que “é a própria vida que inspirará estes ministérios” que devem estar inseridos “no seio de uma Igreja, única e universal”. A tensão entre catolicidade que “não pode ser abolida, como também não deve abafar o surto vital, encerrando-o numa uniformidade estéril”, é bem concreta e vital. A esse problema relaciona-se a questão vital da criação e liberdade litúrgicas:

De fato, a liturgia toca imediatamente a vida diária de uma comunidade. É uma realidade bem próxima e muito sensível. Os problemas neste campo não se fazem esperar. São, em geral, os primeiros conflitos com as autoridades de cunho mais legalista. Criatividade ou abuso: eis os epítetos que facilmente se substituem. Até onde se pode falar de liberdade criadora da CEB, sem que se lhe lance a pecha de abuso? (1976, p. 325).

Finalmente, há o problema da *pedagogia libertadora*. Os passos até agora dados apontam o “longo caminho a trilhar”. Como concretizá-la nos diferentes lugares, seja no campo como nas periferias urbanas. Essa pedagogia “tem que enfrentar exatamente o problema de morar, dentro do coração do oprimido, um opressor em potencial. E quando historicamente esta potencialidade se atua, temos assistido a tristes exemplos, em que tais

'libertos' são os piores opressores" (1976, p. 325). E essa pedagogia não combina com a pressa: em contraste com a força do sistema, a "fragilidade das CEBs com sua imensa lentidão de caminhada, é chocante. Sentimo-nos impotentes e portanto céticos diante de qualquer ação que no fundo não altera o grande jogo. Que adianta bater bola atrás do gol, se os tentos só são válidos feitos de dentro do campo?" Daí a necessidade da *paciência histórica*, que não é acomodação. "Apostar nas CEBs é acreditar na paciência histórica e na lentidão do povo, em oposição à rapidez de ação de grupos vanguardistas, elitistas" (1976, p. 326).

E Libanio conclui seu texto com a frase lapidar: "fica-nos sempre a esperança de que surja uma verdadeira Igreja bem próxima ao povo simples e marginalizado, ajudando-o no seu movimento e processo de libertação" (1976, p. 326).

2 A pletera do discurso – o 3º Encontro Intereclesial de CEBs – 1978

O Encontro de João Pessoa – PB seguiu um método muito diferente do anterior, cujos participantes foram separados em dois espaços de trabalho: num salão reuniam-se os e as representantes das comunidades; em outro reuniam-se bispos, assessores e demais convidados. Esse método foi criticado por não favorecer o diálogo entre todos, mas foi a solução encontrada para que tanto o pessoal vindo das bases pudesse se expressar sem constrangimento quanto os bispos estivessem à vontade com os assessores. Em João Pessoa os e as representantes das bases foram os principais protagonistas do Encontro, pois a eles coube debater os problemas levantados pelos relatórios, deixando os bispos e assessores na posição de ouvintes privilegiados. É a partir dessa situação que Libanio redige seu texto. Ele havia, é claro, estudado os relatórios; mas o texto final já foi influenciado pelo desenrolar do Encontro que ele qualificou como o momento de quebra do silêncio *das* CEBs:

Até então (1975) praticamente reinava um duplo silêncio teológico. Silêncio *sobre* as CEBs. Silêncio *das* CEBs. Rompeu-se vitoriosamente, em Vitória, o primeiro. (...) Não se podia mais esconder a criança em casa. Já tinha crescido bastante. (...) Defrontara-se corajosamente, em idade tão precoce, com a fúria da perseguição, as ameaças dos incomodados, a suspeita dos senhores das instituições dominantes. A novidade perturba a ordem. Esse surto eclesial e popular prejudicava a quem compreendia a Igreja sempre de um modo e estava acostumado a ver o povo comportar-se na sua lenta e tranquila dependência (1979, p. 766).

O 3º Encontro, com 160 relatórios vindos das bases, vai além do "*discurso sobre as CEBs*". Nasce um *discurso das CEBs* com uma superabundância

impressionante. É a pletera do discurso” (1979, p. 766). Libanio deixa-se fascinar por essa manifestação popular mesmo sabendo que esses discursos “foram provocados. Há uma instância de poder que os pediu, que lhes marcou limites de tempo, de teor. Não surgiram na espontaneidade dispersiva dos movimentos inconscientes de libertação” (1979, p. 769). Resultam da metodologia adotada para o Encontro. Para desvendar sua lógica ele recorre a M. Foucault, cuja filosofia do poder gozava de enorme prestígio. Neste artigo deixaremos de lado essa análise do discurso e focalizaremos tão somente algumas de suas conclusões.

2. 1 A novidade do discurso

Libanio afirma que “estamos diante de um *discurso eclesial popular*”. Sua forma literária é o “rascunho”, a “descrição espontânea”, “a transmissão imediata das próprias experiências. É realmente uma *pequena literatura*” (1979, p. 777). Seu objeto são as opressões diárias que as classes populares sofrem:

Discurso colado ao dia-a-dia naquilo que ele revela os sofrimentos, as carências, as necessidades. A leitura do conjunto dos relatórios revela tônica dominante de uma situação extremamente sofredora, percebida, descrita, mas já não mais aceita conformisticamente. A riqueza do objeto não está na variedade descritiva ou na agudeza de suas análises. Consiste precisamente nesse aspecto existencial, repetitivo, revelador de um lado da extensão das forças dominadoras e doutro da ampla tomada de consciência nas CEBs de tal realidade (...) “realidade dura, feia e triste” (1979, p. 778).

Efeito dessas falas no interior da Igreja, observa Libanio, é que elas contribuem duplamente para o seu processo de libertação. Para fora, porque são um “chamado à revisão interna de suas estruturas e mecanismos, à reconsideração de suas alianças, de suas relações com os agentes sociais dominantes”. Em sua face interna, porque “esse discurso profundamente ‘democrático’ – no mais puro sentido etimológico – valoriza dentro da Igreja a dimensão teológica da presença do Espírito em todos os fiéis e de modo singular nos mais pobres, mais fracos. É a sabedoria de que fala São Paulo (1 Cor 2,1-5). Por isso mesmo, é um discurso que questiona e transforma a Igreja a partir das suas bases (1979, p. 781).

2. 2 Fundamentos do discurso popular

É evidente a descontinuidade do discurso popular com o discurso teológico do magistério eclesiástico que por muito tempo esteve em vigor. Ela só foi possível devido ao Concílio Vaticano II e Medellín. Libanio traça o percurso histórico dessas mudanças que tornaram possível e fundamentam o discurso popular. Lembra os grupos nascidos da Ação Católica que romperam o “rígido sistema de relações hierarquia-leigo”, mas foram extintos devido ao “traumatismo que esses grupos provocaram em nossa Igreja”.

As CEBs só puderam “aparecer com um discurso novo, livre, espontâneo, autônomo, popular, leigo, sem as barragens até então vigentes” porque tiveram sua fundamentação na eclesiologia do Vaticano II (1979, p. 783).

A Conferência episcopal de Medellín faz uma *dupla ruptura*:

Conferência genuinamente latino-americana, ela exprime, catalisa todo o movimento de uma Igreja que quer ser original, fonte, autóctone, com colorido próprio, rompendo os laços de extrema dependência, pura refletividade, mera cópia plebeia de problemas, pastorais e discursos europeus. (...) O discurso das CEBs será precisamente reflexo dessa ruptura. É regional (1979, p. 783).

A segunda cissura deu-se no sentido de romper a exclusividade do conteúdo e temática religiosas, assumindo dentro do horizonte da religiosidade e fé questões ligadas ao bem-estar do nosso povo. (...) É um discurso religioso, mas cuja temática se desloca fundamentalmente para o “profano” diário, para os problemas socioeconômicos vividos cada dia. Alarga-se assim amplamente o discurso (1979, p. 784).

Devem ser consideradas também as novas condições de vida das classes populares após o golpe militar de 1964 e o regime ditatorial que se instaura. Ao se organizarem em defesa de seus direitos, sofrem repressão policial-militar e buscam refúgio no espaço religioso. Na medida em que setores de Igreja apoiam os movimentos populares, contra eles se voltam as forças de repressão. Isso produz uma cissura interna entre o “bloco fundamentalmente ligado à ideologia dominante” e o setor que quer dar “voz e vez” às classes populares. São bispos, sacerdotes, religiosas e “leigos de classes mais abastadas, especialmente jovens”, que assumem um trabalho de educação popular e organização das bases. Estas,

já despertadas mas acuidas pelo regime dominante, buscam um espaço onde refletir sobre a própria realidade, analisando-a, interpretando-a e ensaiando gestos e práticas de libertação. Conjugando esses dois movimentos, de baixo e de cima, num contexto de uma Igreja ferida, perseguida por segmentos da sociedade ligados aos interesses dominantes, estabelece-se o solo fértil para o novo discurso, reflexo da nova prática das CEBs (1979, p. 785).

Percebe-se então, na análise do discurso, que as CEBs são fruto e fatores de mudanças, tanto na Igreja quanto na sociedade brasileira. Na Igreja, porque incorporam e desenvolvem as rupturas feitas pelo Vaticano II e Medellín, dando origem ao *discurso eclesial popular*. Na sociedade porque ao revestirem de sentido religioso as lutas populares, lhes dão novo vigor.

2. 3 *Novo horizonte*

Libanio conclui seu texto com “esperança e alegria” porque “Comunidades populares de Igreja tomam a palavra, apossam-se dela e produzem-na como obra sua, como expressão de sua vida” (1959, p. 785). Esse fato dá origem a uma “verdadeira democratização” do espaço eclesiástico, no sentido

de que agora o povo pobre expressa livremente sua realidade sofrida, e é escutada nessa fala. “Não se limita ao nível de arengas classistas, mas ascende à universalidade evangélica. Pois conecta tais necessidades ao plano de Deus, à revelação do Reino de Deus, à perspectiva da criação e redenção”. Daí sua esperança: “se tal discurso se firmar, as CEBs assumirão função relevante, em relação a todo o corpo eclesial e aos agentes sociais de transformação da realidade, numa linha de participação e liberdade”. Aponta, porém, o risco de uma forma sutil de dominação do discurso popular por agentes de pastoral que buscam no trabalho junto às classes mais pobres um lugar terapêutico para sanar “suas angústias, carência afetiva ou insegurança de personalidade”, ou um lugar onde possam exercer seus “desejos inconscientes de dominação ou de autovalorização” (1979, p. 786). Recomenda, então, melhor formação de agentes de pastoral com “supervisão de pessoas experimentadas”.

Isso lhe permite afirmar, na conclusão, que “pouco a pouco estaremos percebendo que nos é dado viver numa Igreja, onde a força do Espírito faz surgir, da sabedoria pobre dos fracos, discursos de fé, de esperança e de amor, como apelativos de conversão a todos nós” (1979, p. 787).

3 Luta e Esperança porque Deus está conosco – 4º Intereclesial de CEBs – 1981

O Encontro de Itaipi – SP fechou o ciclo definidor das CEBs e criou os parâmetros para seu desenvolvimento. A importância desse primeiro ciclo de Encontros é tão grande que Libanio inicia seu texto referindo-se aos grandes concílios da Igreja e afirma:

Algo novo começa a acontecer ao sul do equador. A Igreja do Brasil, na sua história como na sua eclesiologia, começa a ser marcada por “Encontros Intereclesiais de Comunidades de Base”. Já o nome não cabe em nenhum dos clássicos cânones. Não é Concílio, nem Sínodo universal ou diocesano, nem Assembleia de Bispos. Trata-se simplesmente de um Encontro. Quem se reúne? Não as cúpulas das Igrejas, mas suas bases acompanhadas, algumas de seu respectivo bispo, outras carregadas da legitimidade da cidadania batismal de seus membros com o beneplácito explícito ou silencioso do bispo e nenhuma contra a vontade dele. Mesmo para o canonista mais escrupuloso, o caráter eclesial de tais encontros excede (1981, p. 140-141).

Sua realização ocorre num contexto social e político mais favorável que os anteriores: de um lado, a abertura “lenta, gradual e segura” que não suprimiu a repressão mas diminuiu seu teor de violência e, de outro, o êxito da greve dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista em 1979, que abriu o caminho para massivas manifestações populares com explícito apoio de bispos como D. Paulo Arns e D. Cláudio Hummes. Já o contexto

eclesiástico era mais complicado devido ao pontificado de João Paulo II que, empenhado em combater o comunismo na Polônia colocava também sob suspeita a Teologia da Libertação e as CEBs. Por isso sua preparação foi perpassada por crises⁵. Libanio compara-o ao episódio do filho da viúva de Naim a caminho do cemitério: “Jesus no caso foi D. Waldyr. Parem, não o enterrem. É filho de viúva pobre. Assumiu a preparação e levou-a à frente.” (1981, p. 141).

A metodologia dos encontros anteriores, à base de relatórios das comunidades, foi deixada de lado por tornar-se inviável devido à sua quantidade⁶: cerca de 400. Melhor, porém do que qualquer relatório escrito, nesse Encontro a realidade vivida nas bases fez-se presente pela intensa participação de animadores e animadoras de CEBs. Ao todo participaram 280 pessoas, das quais 184 representantes de CEBs de quase todos os Estados e mostrando terem o domínio da palavra, sem receio de falar para bispos e teólogos⁷.

O texto de Libanio foi redigido durante e logo após o Encontro e expressa sua reflexão teológica ainda sob o impacto emocional daquele evento.

3. 1 *Temática do Encontro*

3. 1. 1 *Uma realidade sofrida*

O ponto de partida, como recomenda o método *ver, julgar e agir* é conhecer a realidade das lutas, problemas, vitórias e sofrimentos do povo, tendo como focos a “participação na Igreja, solidariedade no bairro, justiça no mundo do trabalho e serviço na política”.

Pouco a pouco foi surgindo diante de nós o terrível quadro da opressão que pesa sobre as camadas populares. Aquela descrição tão sombria do Documento de Puebla ou afirmações gerais da situação de sofrimento do povo foram recebendo concretizações, determinações. Sucediavam-se os grupos dos diferentes estados, ora do campo, ora das cidades. Somente a dolorosa monotonia de seus problemas, dificuldades e lutas continuava a mesma.

Quando se recorre à justiça ou às autoridades, o povo sofre discriminação. Ora vão de instância em instância, sendo remetidos de uma repartição a outra, até

⁵ Libanio relata esses percalços com muita prudência, conforme exigiam as circunstâncias do momento. Hoje seria possível completá-lo com mais informações, mas isso fugiria ao propósito deste artigo.

⁶ Pe. José Oscar Beozzo, principal coordenador do encontro, assegura que doou o material para o centro de documentação da PUC de São Paulo, mas quando lá estive não consegui encontrar nem sinal dele.

⁷ Registro aqui a inesquecível fala de uma animadora de comunidade de Goiás – GO, referindo-se a D. Tomás Balduino: “este é o companheiro D. Tomás, que é bispo na minha diocese”. Esse clima de liberdade de expressão entre o conjunto de participantes e o espaço favorável da Casa de Itaici ensinaram debates memoráveis, como o de D. José Maria Pires e Leonardo Boff sobre a eclesialidade das CEBs.

que se lhes acabe a paciência ou o pouco dinheiro para as conduções (1981, p. 145).

Os relatos não eram, contudo, simples narração dos fatos. Habitado a comparar sua realidade às realidades narradas na Bíblia, o povo das CEBs com frequência fazia o paralelo entre elas. Assim, casas destruídas pela polícia faziam pensar em “Jesus que não tinha onde repousar a sua cabeça. Eram esses pequenos toques bíblicos que vinham trazer um pouco de luz à escuridão daquela noite de opressão”. De todo modo, “foram mais de 4 horas, em que estivemos sentados ouvindo essa horrível ladainha de sofrimentos, de miséria, de opressão, que pesa sobre os queridos de Deus” (1981, p. 146). Ao mesmo tempo, quase todas as narrativas mencionavam as lutas contra essa situação, mesmo quando seu êxito era apenas parcial. Essa capacidade de reação das comunidades populares está ligada ao apoio que recebem da Igreja. Isso se deve, é claro, à própria natureza do encontro que reunia comunidades eclesiais católicas.

Desses relatos Libanio deduz existirem “dois tipos de comunidades de base. Um eram tipicamente organizações que nasciam da Igreja, (onde) a ligação com o clero é mais forte e permanece sempre uma dependência. (...) Elas evoluem na direção de dar origem e sustentar movimentos populares de reivindicação, de lutas sindicais”. Fator muito importante nessa evolução de comunidades nascidas no ambiente religioso – inclusive dos Cursilhos de Cristandade – e “a relação entre a Palavra de Deus e a vida. Como aquela ilumina esta, e esta, por sua vez, oferece lugar para escutar e entender a Palavra”. Outro tipo são comunidades organizadas a partir de uma luta popular motivada por necessidades básicas da vida. Nelas, “o povo reúne-se para discutir seus problemas, suas urgências concretas e logo emerge o elemento de fé, o desejo de celebrar essas lutas. E em torno delas, nascem comunidades eclesiais”. Essa diferença no fator originário, porém, não é decisiva:

nos dois casos, tornou-se elemento decisivo e essencial a todas a articulação fé e vida, compromisso com as lutas e Evangelho, a inspiração da Palavra de Deus e os problemas concretos. As CEBs fazem então parte do movimento popular, mas guardando sua especificidade, sua originalidade de lugar de reflexão à luz da fé, de oração, de celebração dos sacramentos, sobretudo da Eucaristia. Há um vaivém contínuo entre as comunidades eclesiais e movimentos que brotam delas (1981, p.147).

Essas observações levam o autor a concluir que a dimensão religiosa das CEBs não é apenas uma cobertura religiosa para movimentos de caráter social ou político – como na época insinuavam seus detratores – mas sim o fator decisivo para sua existência como comunidade cristã em missão no mundo: uma fé viva, que se expressa por meio de obras em favor dos “queridos de Deus”. Com efeito, “esta caminhada se fez na luta. As lutas são o reverso das opressões.” (1981, p. 147).

3. 1. 2 As lutas: reverso das opressões

É amplo o quadro de lutas traçado pelas comunidades. Elas abrangem a melhoria nas condições de vida (casa, água, transporte, escola, alimento, terreno para morar, esgoto, luz, calçamento nas ruas, segurança), justiça no mundo do trabalho (terra para trabalhar, vender melhor seu produto, evitar atravessadores, aumento de salário, segurança no trabalho, contra o desemprego), reivindicações de direitos sociais (sindicatos autênticos e sem peleguismo, maior participação nas decisões políticas) e maior participação nas decisões da Igreja⁸. “Iriamos muito longe se as descrevêssemos como nos foram relatadas pelos grupos”. Nelas se destacam: “os aliados que apoiam a caminhada do povo, os adversários que a obstaculizam e as artimanhas sutis que o povo necessita desenvolver nessas situações conflitivas desfavoráveis” (1981, p. 148).

“Os principais *adversários* são as autoridades, os órgãos públicos e os grandes do lugar, a que eles chamam comumente de *tubarões*”, enquanto governantes como “presidente e ministros estão mais distantes”. Há “radical desconfiança de tudo que vem do governo. Mesmo quando num primeiro momento tudo indica que seja algo para beneficiar o povo ficam com as orelhas em pé para descobrir o engodo”. Outros adversários são “os sindicatos pelegos, que não defendem os direitos dos trabalhadores, mas dos patrões”. A experiência das comunidades aponta também como adversários os meios de comunicação que caluniam e chamam de *comunista* quem luta por direitos. Também foram apontados “bispos, padres ou irmãos que não acompanham as comunidades nas suas lutas” por causa de “sua visão autoritária e tradicional da Igreja, confinada unicamente ao espaço religioso e espiritual, sem nenhum envolvimento com os problemas reais do povo” (1981, p. 149).

Do outro lado estão os que apoiam as lutas e se aliam às comunidades.

Bispos, sacerdotes e religiosos/as têm sido decisivo para o surgimento, crescimento e fortalecimento das CEBs. Repetidas vezes voltou essa constatação da relevância da presença desses setores de Igreja à caminhada das comunidades. Na mesma linha, pudemos perceber como a Comissão Justiça e Paz, a CPT, a CPO, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Pastoral Ambiental, isto é, a colaboração de médicos, advogados e universitários engajados têm colaborado no fortalecimento das CEBs (1981, p. 149).

⁸ Eram tantas as lutas, que era impossível narrar todas. Frei Betto sugeriu-me, então, fazer um questionário aos participantes para sabermos em quantas delas cada pessoa estava envolvida. Rapidamente elencamos os principais tipos de lutas para colocar no questionário a serem respondidos pelos participantes. Libanio viu o questionário e protestou que ali não constava sua própria luta “pela transformação da Igreja”. Aceita a reclamação, ela foi incluída no questionário. Resultado: foi a que obteve maior número de respostas. Os resultados daquela pesquisa podem ser encontrados em OLIVEIRA (1981).

O mais importante, sem dúvida, é que as próprias CEBs se apoiam e se ajudam mutuamente. Encontros e visitas entre elas lhes dão novo vigor. “Na medida em que as comunidades se reúnem para celebrar a Palavra e discutir os problemas das pessoas, elas se firmam. As pessoas percebem a importância dessas comunidades.” Além disso, “as CEBs alimentam os movimentos e associações populares e são, por sua vez, alimentadas por eles”. Destacam-se os sindicatos autênticos, que reforçam as CEBs ao mesmo tempo “que elas os nutrem com líderes, pessoas comprometidas com as causas populares. Daí a importância atribuída por tantos relatórios às vitórias nas eleições sindicais e como o sindicato pelego lhes é inimigo” (1981, p. 150). A colaboração entre as CEBs e organizações populares é fundamental para o êxito das lutas.

O povo é fértil em criação de entidades populares: associação de lavadeiras, grupos de quarteirão, centros comunitários, associação dos amigos do bairro, comitês populares, roça e criações comunitárias, cooperativas de compra e venda, açougue e armazéns comunitários, feiras comunitárias, associação de professores, de motoristas, de plantadores de pêssegos, de arroz, etc... Fora do contexto de toda essa variada gama de pequenas criações comunitárias de luta, de sobrevivência, de mútua ajuda, não podemos entender a vitalidade das CEBs (1981, p. 150).

Nessas lutas desiguais as comunidades de base usam “meios simples e pobres” para alcançarem seu objetivo. “São verdadeiras *artimanhas* sutis, cuja habilidade é transmitida no interior das comunidades, nos encontros. Grande parte da sede que têm de encontros provém desse desejo de aprender e transmitir” essas táticas que são descobertas no próprio processo social e que precisam ser empregadas pelos pequenos e fracos diante de inimigos poderosos (1981, p. 150).

Várias lutas foram apresentadas em forma de encenações cuja estrutura pouco variava: iniciava-se por alguma situação de opressão onde “aparecia o povo sofrendo, desunido, desintegrado”, levando alguém a falar da necessidade de união e de organização. Daí vinha o afrontamento com o opressor e depois de alguma peripécia, a vitória do povo unido. O autor pergunta: este esquema “reflete uma realidade ou antes um desejo? Mais provavelmente eles preferiram fixar para o plenário somente aquelas lutas em que a vitória foi o desfecho final”. Impressionado pela “força de esperança das bases” Libanio conclui que tal força é dada pela “utopia sempre presente, decorrente da certeza de que Deus está de seu lado e por isso vencerão” (1981, p. 157).

Por isso, a estratégia das CEBs não se resume, contudo, a identificar os adversários, conquistar aliados e adotar táticas eficazes para as lutas sociais. Elemento essencial nela é a referência à Palavra de Deus. Diz um depoimento: “a primeira coisa que a gente põe é o Evangelho, onde temos a segurança”. E Libanio comenta:

Aí está uma descoberta simples e eficaz. O grupo bíblico ou a celebração mostra aos fiéis que a situação em que vivem não corresponde ao projeto de Deus. “O novo projeto de Jesus é a igualdade de todos”, resume um representante do Pará. Outro ponto firme é a convicção de que “Deus está com o povo e por isso o povo não arreda pé”, continua o mesmo lavrador. Fazer passar a todo o grupo a certeza de que Deus está do lado dos pobres constitui a base da força popular. “Senti a presença de Deus”, “Somos como os 70 discípulos enviados por Jesus para levar a mensagem”, “Com a ajuda do Espírito Santo fomos informados de que ... ”, frases como essas revelam essa consciência profunda que anima a comunidade (1981, p. 151).

Essa convicção da presença de Deus na vida e nas lutas do povo é reforçada pelas celebrações das comunidades, onde a fé partilhada torna-se mais firme e profunda. Isso ocorre também nos encontros de CEBs, e Libanio dedica todo um capítulo de seu texto a esse tema.

3. 2 Celebração da fé

Para o autor, “todo o IV Encontro transformou-se em magna *celebração de fé* das comunidades de base”. A exemplo do povo de Israel, suas lutas e vitórias tornavam-se hinos, orações, cânticos e gestos corporais de louvor a Deus. “A mística da celebração não animou unicamente os dois momentos principais para a oração – de manhã e no cair da tarde – mas invadiu todos os momentos, ora sob a forma narrativa, ora através das conversas pelos corredores, ora nas intervenções do plenário” (1981, p. 155).

Um exemplo: a *via-sacra da ressurreição*.

À frente ia a cruz da Páscoa do povo. Quatro estações. Na primeira celebrou-se a luta pela terra. (...) A fila da mandioca – símbolo do pobre agricultor – derruba simbolicamente a fila da cana – símbolo do dominador – que vai caindo ao solo. (...) Repetem cenas vividas de perseguição, prisões, liberdade, união e canto de vitória. Aquilo que a comunidade durante anos experimentou na dureza da luta contra os projetos de plantar cana e na destruição de suas roças de subsistência de mandioca era agora celebrado diante de nós. A segunda estação foi a experiência de outra Comunidade que cria seu Conselho comunitário de bairro num esforço de união e organização. Outro passo foi a vitória da água. Numa quarta cena o pessoal mostra a resistência de favelados às ordens de despejo. E na passagem de uma estação a outra, todos cantavam o hino religioso popular «Bendito da Mãe das Dores» (1981, p. 155).

A celebração final recapitulou o Encontro em forma de oração, com a ajuda de um trenzinho de cartolina

Na locomotiva tinha escrito “Deus convoca seu povo”. No vagão seguinte: «Para as tarefas de», no seguinte: «participação na Igreja», no seguinte: «solidariedade no local de moradia», no seguinte: «serviço na política» e no seguinte: «justiça no trabalho». No verso dele todos os participantes foram convidados a assinar seu nome. E no final da liturgia de encerramento a equipe responsável do IV

Encontro entregou-o de lembrança para a equipe que assumira a preparação do próximo Encontro, exprimindo o sentido de continuidade. Com essa mesma significação, um membro da equipe cessante toma do altar uma das velas acesas e entrega-a à Igreja de Fortaleza na pessoa de um de seus membros. Estava selado o pacto de fidelidade de manter acesa essa chama que vem iluminando as comunidades nos diversos Encontros (1981, p. 156).

Libanio observa o contraste entre “celebrações comunitárias de religiosos, de clero, de jovens estudantes”, sempre “povoadas de silêncios, de momentos de hesitação, em que as pessoas temem assumir a palavra” e as liturgias populares, cheias de falas que traziam a realidade vivida para ser celebrada. Daí sua reflexão final:

Considerando o tempo da oração da manhã e o da missa, tínhamos mais de duas horas de celebração por dia. E quando lemos no jornal os comentários dos temerosos de que as comunidades de base se afastem do religioso para perder-se no político, percebemos como essas pessoas estão longe da realidade, perturbadas pelos próprios fantasmas. O povo educa-nos na oração. Ele gosta de rezar. Toma com tranquilidade o tempo necessário, sem pressa (1981, p. 157).

Paralelamente às celebrações, o 4º Intereclesial teve momentos de expressão artística popular, como cânticos e poemas, que Libanio comenta revelando o quanto o emocionaram. Mas para não aumentar demasiadamente este artigo, passaremos ao tópico final.

3. 3 Questões suscitadas pelo Encontro

“Ao terminar um Encontro como esse, o teólogo sai com a cabeça fervilhando de questões”, diz o Autor (1981, p. 159). Quem no Encontro anterior havia se maravilhado com a exacerbação da fala popular agora se maravilha com seu amadurecimento em tão pouco tempo. Os assessores, que tinham tido papel preponderante nos dois primeiros Intereclesiais, submeteram-se ao silêncio diante das falas populares no 3º Encontro e estavam preparados para manterem-se quietos também no 4º Encontro. Na altura do 3º dia, porém, esse silêncio dos assessores foi questionado por representantes das bases. Libanio conta que um deles “chegou a dizer: ‘vocês querem guardar os seus conhecimentos para si, arrancando de nós os nossos e depois escrever livros? Também queremos tirar de vocês o que sabem e escrever nosso livro’. Foi uma risada” (1981, p. 160). Essa provocação ajuda o autor a refletir sobre a contribuição específica dos bispos e dos assessores ou assessoras.

Os bispos “deram límpido testemunho de serviço eclesial. Sempre presentes, atentos. Bebiam as palavras dos pobres como lição de sabedoria. Essa proximidade com o povo santifica e converte os pastores” (1981, p. 160). Menciona especialmente o cardeal Aloísio Lorscheider, que fora escolhido pelas comunidades do Ceará como parte da delegação eleita pelas

bases, e que assumiu com alegria – e coragem, digo eu! – a realização do 5º Encontro em Fortaleza, apesar das pressões eclesiais para que os Encontros Intereclesiais passassem ao controle da CNBB⁹.

Os assessores “guardaram a discrição própria de quem realmente quer aprender do povo”, mas isso não impede contribuírem na área que lhes é própria, como fez Fr. Carlos Mesters ao relacionar “a situação de opressão e de sementes de libertação descrita nos relatórios dos regionais à do Povo de Israel no Cativeiro do Egito até a criação da nova Sociedade com a ocupação da Palestina”, dando assim “um banho de esperança bíblica para todos nós” (1981, p. 159). Frei Betto foi chamado a fazer “rápida exposição sobre o problema da relação concreta e prática da fé e a participação nos movimentos populares e nos partidos”. Chamou então a “atenção para a falsa alternativa de restringir-se unicamente a atividades religiosas ou de reduzir tudo ao sindicato, ao partido. As comunidades eclesiais devem guardar uma autonomia de vida de um lado e articular-se com os movimentos de outro” (1981, p. 160). E Leonardo Boff

mostrou-nos como nas comunidades se dá uma atualização do mistério pascal, aparece o evangelismo da Igreja e surge uma figura nova de Igreja. O mistério pascal é um paradigma do que continua acontecendo na história. Jesus morre na cruz iníqua, sofre as estações da paixão do povo, mas também ressuscita na resistência e esperança do povo. Outras Igrejas podem ser mais ricas em instituições, falam mais do Evangelho. Mas as CEBs são mais evangélicas por causa das notas evangélicas de alegria, esperança, entusiasmo, jovialidade, largueza de coração, boa nova apesar da opressão e certeza da vitória, apesar dos empecilhos, que nelas reluzem. E a figura nova da Igreja surge quando pobres e desprezados grupos de cristãos se reúnem até debaixo de uma mangueira para rezar, para ouvir o Evangelho, para testemunhar a fé em Jesus, para segui-lo (1981, p. 160).

Entre os problemas a serem resolvidos está o de “compreender dentro de nossa visão pastoral conciliadora e harmônica, a *dimensão constante de luta* que apareceu desde o primeiro momento do encontro até o fim. Estamos diante de comunidades de base cujo dia a dia é contínua e permanente luta. Talvez foi a palavra mais repetida. Junto com a *luta* está “a consciência que a sustenta, (que) não é alimentada por nenhuma ideologia estranha, para usar o jargão dos discursos do sistema, mas pela consciência religiosa, de que a sua força vem de Deus, do Evangelho lido

⁹ O fato de se chamarem Encontros *intereclesiais* e não “nacionais” tem um motivo profundo, que foi muito debatido na reunião entre bispos e assessores durante o 5º Encontro, em Canindé. Os Encontros não são nacionais porque as CEBs não são um movimento, mas sim a base da Igreja particular. O caráter *intereclesial* assegura a liberdade de uma Igreja particular convidar outras Igrejas (católico-romanas ou de outras confissões) para refletirem e celebrarem juntas, sem pedir autorização a alguma instância superior. Quando D. Aloísio aceitou levar o 5º Encontro para a Arquidiocese de Fortaleza, ele se comprometeu em fazê-lo em comunhão com o Regional da CNBB. Assim, ele garantiu a intereclialidade do Encontro, mas reconheceu a importância da CNBB na promoção dos Encontros.

em comunidade, da percepção dos direitos inalienáveis outorgados por Deus, da mística gerada nas celebrações". Essa consciência que faz cada vitória do povo ser celebrada "como ato de ação de graças a Deus, com canto e ritos religiosos" (1981, p. 162).

Esse problema desdobra-se em como "pensar uma pastoral que não seja conflitiva?" Em muitos casos "a Igreja, em sua forma institucional, chegou depois. O Evangelho nunca. Ele sempre está na origem". Aparece logo "a questão da violência, não como questão teórico-abstrata, mas como decorrência imediata do compromisso. O espírito comunitário afirma-se precisamente nessa comunhão de luta. Lá ele cresce, revigora-se" (1981, p. 163).

Na mesma problemática está a necessidade de conhecer-se melhor "as *artimanhas e sutilezas populares*. A nossa pedagogia popular ainda está capenga, por falta de compreender e captar com maior clareza as finuras do *jeito popular* de fazer as coisas, a inventividade daqueles que dispõem unicamente de recursos pobres". Há que se recorrer à pedagogia de Paulo Freire para elaborar e sistematizar a *pedagogia da artimanha* (1981, p. 163).

Outro problema está na relação do *político* com a *pastoral*: as "comunidades eclesiais têm sua originalidade e identidade própria a partir da fé. Mas no dia-a-dia estão em permanente permeação com os movimentos populares reivindicatórios, sindicais e partidários". O problema coloca-se "mais no nível da pedagogia que da simples reflexão teórica". Explica:

se o Sindicato esvaziasse as comunidades e não permitisse que seus afiliados fizessem política partidária, ou se o partido viesse absorver todas as forças, deixando as lutas reivindicatórias e sindicais e as comunidades desmunidas de seus membros, estaríamos articulando falsamente as diferentes lutas e movimentos populares. Tampouco tem sentido uma comunidade eclesial que queira reter os membros dentro de si, impedindo-os de participar nos movimentos populares e partidos, a título de defender a comunidade da politização, em nome de pretensa primazia do religioso (1981, p. 163).

Levanta-se também o problema do *projeto político*. Não há dúvida de que as CEBs rejeitam o sistema dominante representado pelo Governo, pelas empresas, pelos patrões, pela polícia, pelos grandes proprietários, que são inimigos do povo. "As vitórias celebradas referem-se a enfrentamentos com esses poderes" (1981, p. 163). Essas vitórias, porém, são pontuais, porque estão longe de derrubar aquele sistema. "Em termos de utopia, aparece claro aonde se quer chegar: o projeto de Jesus, de fraternidade, de igualdade, de valorização das camadas populares e pobres. O que não parece ainda refletido e discutido são as etapas intermediárias, quais são as políticas e estratégias para chegar lá." E termina com uma hipótese: "talvez o interesse pelo projeto político tenha aparecido sob a forma de pergunta: o que é que os partidos têm por detrás? A curiosidade pelos projetos dos partidos já começa a revelar esse interesse para que a utopia seja mediatizada historicamente" (1981, p. 164).

Finalmente Libanio constata a existência da “sadia tensão” entre a “evangelização em grupos pequenos – círculos bíblicos, celebrações das comunidades, encontros de reflexão – e a *evangelização de massa* através da reorientação de ritos tradicionais como procissões, vias-sacras, dramatizações populares”. As CEBs nascidas do atendimento personalizado em grupos pequenos percebem agora a importância de momentos de manifestação de massa. A grande quantidade de pessoas “produz efeito multiplicador e de crescimento de legitimação social. Naturalmente isso não pode ser feito nos moldes tradicionais conservadores, mas deve guardar o espírito das comunidades de base: comunhão e participação numa luta animada pelo Evangelho”. Mas concluir que “estamos ainda nos inícios” (1981, p. 164).

“Luta e esperança, porque Deus está conosco. Este seria o resumo, para mim, desses quatro dias”. A esperança é o “motor da caminhada” porque está “radicada no duplo pólo da presença de Deus e da união-organização do povo”. Por isso as 300 pessoas despediram-se animadas. “O clima do Encontro foi de fato de otimismo. Fora de uma perspectiva de fé e de Igreja, pode parecer um *ufanismo imprudente*”. Lembrando a reação dos judeus diante dos apóstolos, Libanio afirma: “os 300 participantes não saíram bêbados do Encontro. Mas sentiram sim a presença do Espírito de Deus, que se compraz de estar do lado do mais fraco, do pobre, do que nele confia e não na força do dinheiro ou das armas”. E conclui: “saímos com os olhos voltados para a luta que prossegue, carregando a força da experiência vivida e sonhando com nossa próxima celebração dentro de três anos em Fortaleza. Até lá vai correr muita água debaixo da ponte” (1981, p. 164).

Conclusão

Os textos produzidos pelo Pe. Libanio a partir de suas observações sobre os quatro primeiros encontros intereclesiais são uma importante contribuição para a refundação das CEBs. Por isso, ao fazer aqui seu resumo comentado tomei como chave de leitura as questões que me parecem mais relevantes para o contexto atual. Nesta conclusão retomo esses pontos enfatizando sua atualidade.

Libanio foi mestre na *pedagogia da assessoria*. Sua participação nos Encontros Intereclesiais tinha pouco destaque porque ele raramente falava para a grande assembleia. Sabia que aquela era uma oportunidade ímpar para escutar o que o pessoal das CEBs tinha a dizer e, humildemente, escutava, observava e fazia suas anotações¹⁰. Depois conversava com outros assessores, com pessoas da base, com bispos, sempre se dispondo a esclarecer as

¹⁰ No 2º Encontro ele sentou-se ao fundo da sala e cumpriu a função de tradutor para dois convidados alemães, que haviam contribuído financeiramente para a realização do evento.

questões teológicas suscitadas no desenrolar do encontro. Tendo grande prestígio entre os bispos, era ele que se incumbia de, mineiramente, resolver as questões mais espinhosas. Seus textos bem expressam essa maneira de produzir conhecimentos a partir do encaminhamento teórico de questões levantadas pela prática.

Sua tese central é que o *ser-Igreja* supõe o *ser-Povo*. Daí seu encantamento com as falas que apontavam a autoconsciência popular: o povo percebendo-se a si mesmo como sujeitos da própria libertação. Não é este o desafio da Igreja católica hoje? Reclericalizada durante dois pontificados marcados pela “grande disciplina”, ela tornou-se uma Igreja de sacristia. Só a participação ativa do Povo-sujeito pode recuperar aquela Igreja presença no mundo dos pobres e na contemporaneidade. Neste sentido, refundar a CEB é refundar a própria Igreja católica, tirando-a das sacristias e templos e levando-a para as ruas e campos.

Isso supõe reativar a *pedagogia libertadora* que faz a diferença entre o “antes” e o “depois” do nascimento da CEB. Pedagogia que tem suas raízes na prática de transformação social a partir das bases e se expressa através do discurso fundado não mais no saber recebido mas sim no *saber descoberto*. Libanio aponta o papel crucial desempenhado pela Bíblia quando a *pedagogia libertadora* é usada nas comunidades cristãs: a intimidade do povo com a Palavra de Deus o leva a ver a presença de Deus no meio dele e seu projeto de Reino como Esperança para o êxito em suas lutas. Essa é a convicção própria das CEBs: “luta e esperança, porque Deus está conosco”. É nas lutas pela nova sociedade (tema que será desenvolvido em outros Intereclesiais) que se faz a experiência de Deus como libertador junto com seu Povo. Essa *pedagogia libertadora* requer a participação de agentes de pastoral capazes de desbloquear medos e preconceitos introjetados no povo pela cultura dominante. Por isso sua formação merece toda atenção. Não por acaso, portanto, este talvez tenha sido o campo ao qual Libanio mais dedicou seus esforços: a formação de agentes de pastoral.

Enfim, fica evidente que a CEB tem uma estrutura *leve*: não é reconhecida pelo Direito Canônico nem dispõe de patrimônio econômico para se autossustentar. Sua existência como “nova forma de ser Igreja” – como a qualificou em 1982 o Documento nº 25 da CNBB – depende de sua capacidade de conquistar o consenso dos fiéis e o apoio dos bispos. A isso devem se dedicar os teólogos e teólogas: explicitar na linguagem católico-romana a eclesialidade das CEBs. Libanio e outros assessores de CEBs abriram esse caminho, mas ainda há muito chão a ser conquistado.

Referências

- BETTO, Frei. A educação nas classes populares. *SEDOC*, Petrópolis, 1979, p. 787-797.
- BOFF, Leonardo. Eclesiogênese: as comunidades eclesiais de base re-inventam a Igreja. *SEDOC*, Petrópolis, 1976, p. 393-438.

LIBANIO, J. Batista: Uma comunidade que se redefine. *SEDOC*, Petrópolis, 1976, p. 295-326.

LIBANIO, J. Batista: Comunidade Eclesial de Base: pletera do discurso. *SEDOC*, Petrópolis, 1979, p. 765-787.

LIBANIO, J. Batista: O IV Encontro Intereclesial de CEBs na interpretação de um teólogo. *SEDOC*, Petrópolis, 1981, pp. 140-165.

MESTERS, Carlos: Flor sem defesa: ler o Evangelho na Vida. *SEDOC*, Petrópolis, 1976, p. 326-392

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de: Oprimidos: a opção pela Igreja. *REB*, Petrópolis, dez. 1981, p. 643-653.

Pedro A. Ribeiro de Oliveira. Nascido em Juiz de Fora – MG. Doutor em Sociologia pela Universidade Católica de Louvaina (1979). Foi professor nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora e da PUC-Minas. É membro da Equipe do ISER-Assessoria. Desde 1976 tem assessorado as CEBs no Brasil.

Endereço: Sítio Tarumã – Barro Floresta
36072-090 Juiz de Fora – MG
pedror.oliveira@uol.com.br